

Copyright © 2022 Fipecafi. Todos os direitos reservados.

Seção editorial: artigo de convidado¹

DOI: <https://doi.org/10.53826/2763-7069.v2n3.2021.id61>

Luís Felipe Bismarchi

Faculdade Fipecafi - São Paulo (Brasil)

luis.bismarchi@fipecafi.org

A discussão sobre Sustentabilidade no ano de 2022 possui marcos importantes, como os 60 anos de publicação de Primavera Silenciosa, escrito por Rachel Carson, e símbolo do início das discussões do impacto ambiental de ações econômicas. Também este ano, celebramos 50 anos da publicação do relatório Limites do Crescimento, organizado pelo casal Dennis e Donella Meadows, para o Clube de Roma, com a mensagem clara de que é impossível crescer indefinidamente em um planeta finito, marcando a posição da sustentabilidade forte. Também há 50 anos, ocorria o primeiro encontro das Nações Unidas para falar sobre a relação entre Humanidade e Natureza em Estocolmo e, ainda mais marcante, há 30 anos ocorria a Rio-92, que expandia a discussão de sustentabilidade já marcada pela definição apresentada pelo relatório Brundtland, de 1987, de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades da atual geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades. Na Rio-92 foram incluídos demais atores além dos Estados: empresas, movimentos da Sociedade Civil organizada, ONG, Fundações, Academia (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Neste mais de meio século de discussão sobre Sustentabilidade, muitos conceitos, protocolos, compromissos, acordos, estratégias, negócios e práticas surgiram, alguns com mais impacto e repercussão, outros mais discretos e pouco adotados. Desde 2019, com a publicação da carta do presidente do fundo BlackRock declarando compromisso com uma agenda de investimento que incluía em todas as decisões aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) ou, em inglês, *Environmental, Social, and Governance* (ESG), para a tomada de decisão, essas três letras se popularizaram ao ponto de serem, em grande medida, tratadas como sinônimo de sustentabilidade, o que é um perigo reducionista da agenda global.

ESG é a lente que investidores adotam para selecionar os ativos que investirão a fim de eliminar ou minimizar os riscos de perda destes montantes em função de um mau desempenho em alguma (ou em todas) destas dimensões: ambiental, social ou governança. O que é totalmente compreensível ser esse o termo utilizado por um fundo de investimento como o BlackRock ou outros atores do mercado de capitais, pois o objetivo dessas casas de investimento é melhorar seu desempenho equilibrando risco e retorno, de forma mais contemporânea. No risco, agora se observam não só as questões contábeis-financeiras como liquidez, oscilações de taxas, inadimplência, entre outros, mas também as dimensões às quais o ESG alude. Isso não significa que ESG seja sinônimo de sustentabilidade, mas um componente de uma agenda que é muito maior (CFA INSTITUTE, 2015, 2021).

¹ Manoel Raimundo Santana Farias (editor geral).

A agenda da sustentabilidade busca discutir, seja na sua vertente fraca ou na sua vertente forte, a relação entre economia, sociedade e natureza a fim de encontrar equilíbrio e manutenção das condições para a vida (humana e não-humana). As discussões que fazem parte da agenda de sustentabilidade extrapolam a avaliação de minimização de risco de perda de investimentos realizados, incluem, o combate à fome, à discriminação e ao preconceito, a redução das desigualdades, a garantia de acesso à educação, saúde e moradia para todos, renda justa e adequada para todas as pessoas, respeito à dignidade e existência das pessoas, respeito à diversidade de ideias e de maneiras de existir, busca e manutenção da paz e da coexistência múltipla e enriquecedora entre diferentes, a conservação e regeneração dos recursos da natureza e de toda forma de vida que aqui existe, entre outros (RAWORTH, 2019; ROMEIRO, 2012).

Note que a agenda da Sustentabilidade ao tratar da vida e da sua condição e qualidade chama à ação todos os atores da sociedade e todas pessoas nos múltiplos papéis que representam: cidadãos, integrantes de coletivos, empreendedores, executivos ou empregados, membros de uma família, de uma religião, de uma comunidade etc. Expandem-se igualmente na discussão da agenda da sustentabilidade a percepção da responsabilidade das organizações, comumente chamada na agenda empresarial de RSE (responsabilidade social empresarial), RSA (responsabilidade socioambiental) ou RSC (responsabilidade social corporativa), apesar de nuances de conceitos, em todas elas percebe-se que a responsabilidade de uma empresa é maior do que somente o dever de enriquecer seus acionistas como propagava a célebre frase atribuída à Milton Friedman, passa-se a ser falar dos stakeholders – dos públicos interessados e impactados pela atuação da empresa – e da contribuição que as empresas podem ter para com eles.

Essa agenda ainda não é consensual, existem vertentes variadas de sustentabilidade e, igualmente variados, são seus desdobramentos. Abordaremos aqui a partir do artigo de Young e Tilley (2006) sobre Negócios Sustentáveis a agenda que podemos – e devemos – avançar na construção da Sustentabilidade nos Negócios.

UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

Como indicamos, não existe um consenso para se classificar um negócio ou organização como sustentável e isso tem gerado uma pletera de modelos, métodos e rótulos alguns mais permissivos e outros mais rigorosos para se dar o “título” de sustentável a uma organização, prática ou negócio.

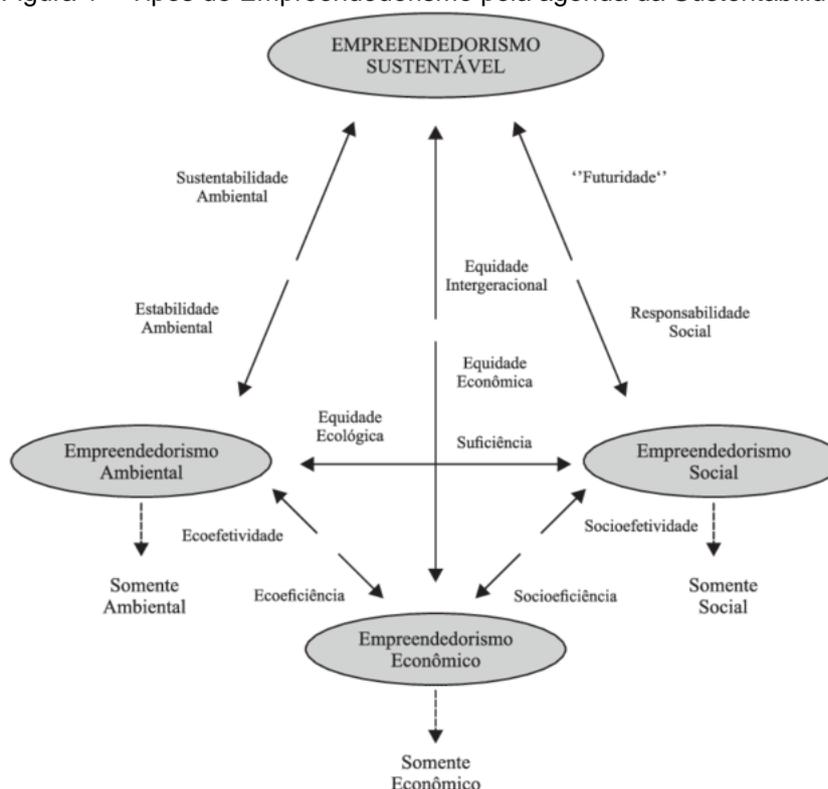
Entre os muitos artigos que se dedicam ao longo dessas décadas a engajar e capacitar organizações para incorporarem a sustentabilidade na agenda estratégica um se destaca pela amplitude e rigor na apresentação tanto das estratégias quanto das classificações atribuídas aos negócios, o trabalho de Young e Tilley (2006) cujo título em tradução livre para português é: Podem os negócios ir além da Eficiência? A mudança em direção à eficácia e à equidade no debate da sustentabilidade corporativa.

Nesse artigo, os autores apresentam doze estratégias que uma organização precisa incluir para de fato ser considerada sustentável (é possível que esse rigor seja um dos motivos desse artigo ser menos conhecido e divulgado que outros mais permissivos na distribuição do adjetivo sustentável) e fazem uma clara separação entre outros tipos de negócios, importantes e necessários mas que ainda não seriam chamados de sustentáveis, especialmente os negócios de impacto social e os

negócios ambientais, hoje, comumente tratados na agenda de negócios como exemplos de negócios sustentáveis.

Outra contribuição relevante da composição das estratégias feitas por Young e Tilley (2006) é a representação visual delas que nos possibilita observar o espaço da sustentabilidade fraca e da sustentabilidade forte na Figura 1, que Pimentel e Oliveira (2016) traduziram, exposta a seguir:

Figura 1 – Tipos de Empreendedorismo pela agenda da Sustentabilidade



Fonte: Pimentel e Oliveira (2016, p. 31)

A base do tetraedro da Figura 1 apresenta três tipos de empreendedorismo, cada um orientado a uma dimensão específica da representação da sustentabilidade pelo *triple bottom line*: ambiente, sociedade e economia.

A sustentabilidade fraca, baseada no paradigma da Economia Ambiental, parte de uma premissa de substituíbilidade de capitais, ou seja, é possível compensar, por exemplo, a perda de capital natural por um aumento de capital econômico-financeiro ou social ou qualquer outra combinação a fim de manter o mesmo nível geral de capital total e com isso assegurar crescimento permanente. Grande parte da justificativa desse possível intercâmbio e da possibilidade de crescimento infinito (em um planeta finito) é atribuída ao avanço tecnológico humano e à nossa capacidade de desenvolver soluções inovadoras e cada vez mais eficientes (ANDRADE, ROMEIRO, 2011).

Eficiência é a palavra de ordem da sustentabilidade fraca e são as principais estratégias de sustentabilidade que surgem, e são apresentadas na Figura 1, nas organizações voltadas para a dimensão econômica como norte: ecoeficiência, socioeficiência e equidade econômica.

Podemos considerar essa, a sustentabilidade fraca, como a primeira agenda de discussão de sustentabilidade nas organizações e a mais presente e mais difundida até hoje, a que ocupa a maior parte das publicações, congressos, debates

e projetos. Contudo, ela não basta, porque ela, de forma simples, representa 25% de todo o escopo a ser coberto (3 das 12 estratégias apresentadas), apesar de receber a quase totalidade da atenção e esforço de pesquisadores e atores das escolas de negócio e empresas. Um motivo evidente é porque essas três estratégias são as que menos demandam alterações estruturantes na dinâmica das organizações e nas premissas (falaciosas) sobre a funcionalidade da economia no paradigma da economia ambiental.

São importantes, necessárias e não suficientes para avançarmos em direção a um contexto em que seja possível nos mantermos enquanto espécie neste planeta mantendo as condições naturais (de clima, disponibilidade de recursos, nível de biodiversidade, entre outros) que nos sustentam na Terra. Esse olhar de que não é possível substituir um capital por outro e, portanto, há limites dentro das capacidades planetárias que não podemos extrapolar e há decisões coletivas que são tomadas de forma que extrapolem a lógica do mercado de oferta e demanda intermediada por preço são as principais diferenças entre economia ambiental e ecológica, entre sustentabilidade fraca de sustentabilidade forte.

Na expansão da sustentabilidade fraca para a forte, avançamos a agenda para as demais estratégias apresentadas por Young e Tilley (2006). Primeiro, ainda na base do tetraedro, identificamos motivações diferentes da puramente econômica para a criação de um negócio e daí surgem os negócios ambientais e sociais que não podem ser chamados de sustentáveis, mas que não são negócios “puramente” econômicos.

Esses negócios orientados para fins sociais ou ambientais possuem como estratégias a eficácia além da eficiência, ou seja, não se busca somente aumentar a produtividade e fazer mais com menos (ideia central de eficiência) e, sim, mensurar o real impacto que se tem sobre a natureza ou sobre a sociedade, além de incorporarem a visão de limite de uso de recursos finitos e escassos em um planeta finito (estratégia de suficiência) e de discutirem a distribuição justa desses recursos naturais (equidade ecológica).

Avançando em direção à sustentabilidade, mais duas estratégias se fazem presentes, sob o olhar da natureza, a busca da estabilidade ambiental, ou seja, da manutenção da capacidade do planeta em nos manter aqui (como hoje já tem sido bem discutido, o combate à mudança climática com o controle das emissões de gases de efeito estufa, contudo, sem modelos de governança que efetivamente reforcem o cumprimento dos compromissos assumidos). E a responsabilidade social (sob o olhar da perspectiva da sociedade) em que toda organização e indivíduo assumam integralmente a responsabilidade pelos impactos positivos e negativos que geram para a coletividade, eliminando conceitualmente a ideia de externalidade, ou seja, somos responsáveis integralmente pelos impactos do que geramos e, portanto, devemos alterar a forma como mensuramos, monitoramos e avaliamos nosso desempenho.

Por fim, as três estratégias que, avançando as nove anteriores, refletem negócios guiados pela sustentabilidade trazem a perspectiva da inclusão de gerações futuras na tomada de decisão das empresas hoje, isto é, incluir as vozes e interesses daqueles que ainda não estão aqui na decisão presente das organizações em relação à qualidade da natureza, das condições de progredirem economicamente e prosperarem socialmente nas comunidades onde existem. A ideia central dessas estratégias é garantir condições para que o sistema Terra (e, obviamente, a humanidade incluída nele) possa se perpetuar o que é, de fato, sinônimo de sustentável: aquilo que pode se manter a longo do tempo.

CONCLUSÃO

Ao buscarmos um olhar mais rigoroso e comprometido com a sustentabilidade forte (e com o paradigma da economia ecológica) percebemos uma lacuna de pesquisa e de práticas na agenda de gestão, de contabilidade, de finanças, entre outras dimensões das organizações. Deixamos aqui uma sugestão de enfoques para ampliarmos e aceleramos essa transição.

O primeiro grupo é o atual *mainstream* que ainda pode ser aprimorado: as pesquisas e as práticas da sustentabilidade fraca, ou seja, com foco em eco/socioeficiência, melhoria da qualidade de vida dos trabalhos com aumento de produtividade, redução e eliminação de desperdícios e de emissões, por exemplo, de gases de efeito estufa que é foco central da agenda climática no momento, aprimoramento de instrumentos de comunicação, mensuração e prestação de contas destes desempenhos mais eficientes e melhor distribuídos.

O segundo grupo, já fundamental para o olhar da sustentabilidade forte, trata de definirmos limites e criarmos ferramentas de gestão para prosperarmos dentro deles, especialmente limites da natureza, partindo das capacidades planetárias e dos diversos ecossistemas existentes ao redor do mundo — caso você esteja observando organizações multinacionais — ou regionais — caso sejam organizações nacionais ou locais. Precisamos de novos mecanismos de avaliação de desempenho, novas formas de mensurar progresso global, regional, local, individual de organizações e outros atores, precisamos de novas formas de incluir, na tomada de decisão, dimensões não-monetárias da natureza e da sociedade, precisamos incluir o princípio da precaução para tudo que não conhecemos ainda (e talvez nunca conheçamos) das conexões da natureza e de como elas nos sustentam e são insubstituíveis.

O terceiro grupo de pesquisa trata da distribuição justa baseada em critérios não monetários e não mercadológicos. Quais mecanismos são necessários serem desenvolvidos, disseminados e/ou aplicados para garantir que todos humanos e não-humanos tenham condição de viver dignamente? Como se define essa dignidade em meio à pluralidade cultural da humanidade e das formas não-humanas? Como incluir os direitos da natureza nestes mecanismos de distribuição?

Por fim, o quarto grupo trata da tomada de decisão baseada no futuro com foco na sustentabilidade, ou seja, como incluir as vozes do que ainda não existe e da Natureza como um todo, e como desenvolver instrumentos para subsidiar a tomada de decisão a fim de assegurar a manutenção da organização e do seu contexto, ou seja, como fazer com que uma organização possa se “perpetuar” em um planeta e uma sociedade que estejam em condições de abrigá-la e mantê-la?

São perguntas que desafiam nosso entendimento do papel da organização e de sua administração e, portanto, de enorme potencial de ruptura e inovação desde uma perspectiva ontológica a uma abordagem prática e instrumental na formação de pesquisadores e executivos cidadãos e conscientes de seu lugar no mundo e na sociedade em todos os seus múltiplos papéis e tripla identidade como descreve Morin (2007): indivíduo-sociedade-espécie.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D., ROMEIRO, A. Degradação Ambiental e Teoria Econômica: Algumas Reflexões sobre uma “Economia dos Ecossistemas”. Brasília: **Revista Economia**, v.12, n.1, p.3–26, jan./abr., 2011.

BURSZTYN, M., BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CFA INSTITUTE. **Environmental, Social, And Governance Issues In Investing A Guide For Investment Professionals**, 2015. Disponível em:

<https://www.cfainstitute.org/-/media/documents/article/position-paper/esg-issues-in-investing-a-guide-for-investment-professionals.pdf>. Acesso em: 11/12/2022.

_____. **Global ESG Disclosure Standards For Investment Products**, 2021.

Disponível em: <https://www.cfainstitute.org/-/media/documents/ESG-standards/Global-ESG-Disclosure-Standards-for-Investment-Products.pdf>. Acesso em: 11/12/2022.

MORIN, E. **O Método 5 – A humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PIMENTEL, T., OLIVEIRA, L. Empreendedorismo Sustentável: Estudo Multicaso da Implementação da Sustentabilidade em Empresas Incubadas. **Revista Gestão em Análise**, v. 4, n3 1, 25-42, 2016.

RAWORTH, K. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROMEIRO, A. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, 26(74), 65–92, 2012.

YOUNG, W., TILLEY, F. Can businesses move beyond efficiency? The shift toward effectiveness and equity in the corporate sustainability debate. **Business Strategy and the Environment**, v. 15, n. 6, 402-415, 2006. DOI:

<https://doi.org/10.1002/bse.510>. Disponível em: <https://growthorientedsustainableentrepreneurship.files.wordpress.com/2016/07/en-can-businesses-move-beyond-efficiency.pdf>. Acesso em: 12/12/2022.

AUTOR:



LUÍS FELIPE BISMARCHI

Administrador (FEA-USP), mestre e doutor pelo Programa de Ciência Ambiental da USP (PROCAM) e pós-doutor em Administração (FEA-USP). Há mais de 15 anos atua no mercado bancário, tendo ocupado diversas posições executivas em áreas como estratégia, inteligência corporativa, inovação e sustentabilidade. Pesquisador, professor, palestrante e consultor em sustentabilidade, com ênfase na abordagem estratégica e promoção de novos arranjos organizacionais e soluções inovadoras para problemas socioambientais. Interesses principais de pesquisa: promoção da sustentabilidade sob a perspectiva da economia ecológica, gestão da transição, complexidade e mudança, arranjos organizacionais em contextos pós-capitalistas e comunitários.